



## Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | severinofrancisco.df@dabr.com.br

### Divina Dama

Para quem não conhece, Maria Cobogó é um coletivo de mulheres de diversas idades, elegantes, bravas, generosas, pilhadas, delicadas, inflamáveis e bem-humoradas. Elas sabem fazer as coisas acontecerem. Quando lançam livros no Beirute, falta quibe no pedaço. O nome é inspirado naquele material usado nos prédios de Brasília para permitir a passagem da luz e do ar.

É precisamente essa a ação que o coletivo de mulheres empreende para colocar Brasília no mapa da literatura. Ao

longo de quatro anos de existência, publicou mais de 20 livros e arejou o ambiente cultural. Os livros do selo Maria Cobogó são caprichados, esmerados e belos.

Duas produções foram reconhecidas como finalistas do Prêmio Jabuti: o projeto Calango Leitor, de estímulo à leitura nas escolas, coordenado por Claudine Duarte, em 2018, e o livro *Fios*, de Christine Nóbrega, destinado especialmente ao público infantojuvenil. Mas, como bem disse Fernanda Montenegro, os prêmios são acidentes na trajetória dos criadores da cultura.

Eles podem ser um sinal importante de qualidade, mas a relevância do trabalho delas transcende as laúreas. Revelaram

para a própria cidade muitas ficcionistas, poetas e artistas gráficos de talento. Mais recentemente, o grupo abriu uma nova vertente de produção: a coleção Mestres Cobogós, que apresenta os artistas criadores de Brasília para as novas gerações.

Darcy Ribeiro tinha como um dos seus mantras, precisamente, o lema: só se faz mestres com mestres. Nada mais verdadeiro. A presença de mestres fecundou e salvou Brasília da mediocridade. A série começou com Glênio Bianchetti, contemplou Athos Bulcão e, agora, celebra Dulcina de Moraes, em livro de Ana Maria Lopes e Marcia Zarur.

Dulcina de Moraes não nasceu; estremeceu. O pai e a mãe eram atores, estavam

em turnê, foram expulsos de um hotel por causa da gravidez da matriarca e se hospedaram em um casarão cedido por uma alma generosa. Quando Dulcina nasceu, foi exibida pelo pai na janela de um sobrado e toda a trupe aplaudiu. Nunca mais ela abandonaria a cena.

Ana e Márcia utilizaram a página como se fosse uma ribalta para que a própria Dulcina se revele, de viva voz e de corpo inteiro, com os traços marcantes, a boca pintada de batom vermelho, os óculos pretos imensos e as broncas memoráveis. Não eram chiques gratuitos. Para ela, a arte estava acima de tudo. Dulcina era um teatro completo.

É admirável a integração e o diálogo

entre texto e imagem, com uma estética fragmentária da era virtual no papel. Dulcina não nasceu, mas renasceu em Brasília. Jamais se arrependeu da aventura de abandonar a carreira de sucesso no Rio de Janeiro para encarar os desafios de uma capital nascente. Queria que o teatro se irradiasse a partir da capital do país. Ela tinha uma fé na arte capaz de mover montanhas de obstáculos.

O livro se insere no movimento de resistência da Fundação Dulcina. Não é uma ação panfletária; é uma ação educativa, afetuosa e amorosa. Nos sensibiliza para a figura extraordinária, vibrante, carismática e magnetizante de Dulcina de Moraes.

**DENÚNCIA /** Banco de Brasília incluiu, no balanço do primeiro trimestre do ano, R\$ 77 milhões como receitas recebidas de um negócio com a Santa Casa de Lisboa que não foi concretizado. Instituição portuguesa contratou auditoria

## BC determina ajustes em balanço do BRB

» VICENTE NUNES  
CORRESPONDENTE

**Lisboa** — O Banco de Brasília (BRB) tentou inflar seu balanço ao lançar como receita um valor de R\$ 77 milhões (14 milhões de euros) que receberia, ao longo de sete anos, da Santa Casa de Misericórdia de Lisboa. A quantia viria de uma parceria na área de loterias entre o banco e a instituição portuguesa, que resultou na criação da BRB Loterias, da qual o banco ficou com 50,1% do capital e os portugueses, com 49,9%.

Agora, sabe-se que o dinheiro não virá nem em sete anos nem nunca. A atual diretoria da Santa Casa de Lisboa suspendeu o negócio com o BRB por considerá-lo inviável. Além de não haver nenhuma garantia de que a operação seria lucrativa, a instituição portuguesa cederia toda a sua expertise na gestão de jogos, já que controla esse mercado em Portugal. A parceria entre o BRB e todas as operações da Santa Casa no Brasil estão sob auditoria da multinacional BDO. Os resultados devem sair em novembro.

### Inexistentes

O caso das loterias foi apenas

uma das inconsistências que o Banco Central encontrou no balanço do BRB referente ao primeiro trimestre deste ano. Segundo a autoridade monetária, que tem como uma de suas missões manter a saúde do sistema financeiro, as contas do Banco de Brasília apontaram um buraco de R\$ 321 milhões. São receitas que não existem, como o pagamento de R\$ 75 milhões referentes a um aumento de capital da instituição com ações da BRBCard. Para o BC, esse registro contábil é totalmente inconsistente, assim como o lançamento de R\$ 169 milhões referentes a um deságio na compra, pelo banco, de aproximadamente 30% das ações da BRBCard que pertenciam ao Governo do Distrito Federal.

O Banco de Brasília, por determinação do BC, terá de refazer os balanços do primeiro e do segundo trimestres, de forma a expressarem a real situação contábil. O BRB, no entender do Banco Central, deve primar pela segurança de seus números, requisito fundamental dentro do sistema financeiro e do mercado de capitais. A instituição pública tem ações negociadas em Bolsa de Valores. Os papéis ordinários (ON), que dão direito a voto, acumulam queda de 30,56% no

acumulado de 12 meses.

### Auditoria

O BRB informa que segue os padrões contábeis amplamente aceitos para instituições financeiras no Brasil e que todas as suas demonstrações contábeis são auditadas por empresa de auditoria independente. Todas as determinações do BC são cumpridas integralmente pela instituição e já estão adequadamente refletidas nas demonstrações financeiras relativas a 30/6/2023.

O banco alcançou, nos últimos anos, resultados recordes, tendo ampliado sua base de clientes de 650 mil para mais de 7 milhões, e seus ativos, de R\$ 15 bilhões para R\$ 45 bilhões, além de possuir clientes em 93% do território nacional. O lucro líquido acumulado desde 2019 chega a R\$ 2 bilhões, com mais de R\$ 850 milhões em dividendos distribuídos.

Um dos elementos importantes na transformação do BRB foi sua reorganização societária, que se encontra em fase de conclusão, além de operações de fusões e aquisições, dentre as quais a de lançamento de uma empresa de exploração de loterias.

Ed Alves/CB



Instituição portuguesa cancela parceria com o Banco de Brasília, depois de auditoria

8 DE JANEIRO

## Houve falhas, diz ex-diretor da Abin

» PABLO GIOVANNI

Rinaldo Morelli/Agência CLDF



Ex-diretor da Abin, Saulo Moura da Cunha prestou depoimento na CPI dos Atos Antidemocráticos

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Atos Antidemocráticos, da Câmara Legislativa (CLDF), entrou na reta final dos trabalhos, prevenindo colher mais duas oitivas para o encerramento. Entre os parlamentares, a expectativa é de que o relatório final seja apresentado e votado até 30 de novembro. O ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Saulo Moura da Cunha, prestou depoimento. Para os distritais, reforçou o que disse à CPI mista do Congresso Nacional, sobre o envio de 33 alertas de segurança ao Gabinete de Segurança Institucional (GSI), à inteligência da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) e para a Secretaria de Segurança Pública (SSP-DF).

O ex-diretor reiterou que as invasões não teriam acontecido se as informações fornecidas por ele tivessem sido consideradas por órgãos responsáveis pela segurança da Esplanada dos Ministérios nos atos de 8 de janeiro. "A informação da Abin, que é de inteligência, é feita para assessorar o poder decisório. Nesse caso, quem estava com a decisão eram as forças de segurança do DF. Obviamente, os fatos falam por si mesmos: houve falhas. (Se as informações fossem consideradas) Não teríamos a depreciação da sede dos Três Poderes", completou o ex-diretor.

Saulo contou, ainda, sobre a solicitação do ex-ministro do GSI, general G. Dias, sobre as planilhas em que constavam alertas dos atos de 8/1. O diretor explicou que produziu dois documentos, em que constavam todos os alertas produzidos a serem encaminhadas ao Congresso. Uma delas continha as informações enviadas por ele pessoalmente ao ministro, e a outra, apenas os alertas enviados oficialmente pela agência. "O general G. Dias determinou que a planilha a ser

apresentada mantivesse apenas os contatos institucionais", disse. "Começamos a tratar sobre o 8/1 a partir de 2 de janeiro. Rolava, nas redes sociais, essa manifestação, ainda com baixa adesão. Mas, a partir desse momento, começamos a emitir alertas", explicou o ex-diretor.

### Relatório final

Uma reunião que trataria sobre um relatório preliminar foi cancelada, o que aumentou o

clima de apreensão entre os parlamentares em relação aos nomes que serão ou não indiciados. Na última semana, o relator da CPI, deputado Hermeto (MDB), defendeu que não pretende indiciar ninguém que a CPI não ouviu — o que livraria o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). O presidente da comissão, deputado Chico Vigilante (PT), defendeu indiretamente que o relatório não pode frustrar a expectativa que tem sido depositada na comissão. Estou conversando com

o relator que a expectativa da população do país é de que não temos o direito de frustrar a opinião pública. Temos que apresentar um relatório que esteja à altura da expectativa da população", afirmou o petista.

Hermeto voltou a dizer que o relatório dele não será político, e que mesmo que sofra pressões de parlamentares considerados da "direita" e "esquerda", não cederá. O parlamentar criticou o relatório da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito

(CPMI) dos Atos Golpistas, da senadora Eliziane Gama (PSD-MA). "Não vou entrar em guerra política, e sim no aspecto técnico. Os delegados da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF), aqui da Casa, estão me assessorando. Se alguém for indiciado, estará lá o motivo. Nada de político eu vou fazer do meu relatório", esclareceu. "A princípio, não vou indicar ninguém que eu não ouvi. A CPI é um colegiado. Quem quiser votar a favor e discordar, não posso fazer nada", disse.

GOVERNO FEDERAL

BRASIL

UNIAO E RECONSTRUÇÃO

---

**AVISO DE DESFAZIMENTO DE BENS**

**Desfazimento de Bens nº. 01/2023 – MDS**

O MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME, torna PÚBLICO o Aviso de Desfazimento de Bens nº. 01/2023, constante do Processo Administrativo nº. 71000.061602/2023-86, aos órgãos da Administração Pública Federal direta e indireta, do Distrito Federal, Estados e Municípios, às instituições filantrópicas, conforme estabelece o art. 8º do Decreto 9.373/18, que trata do desfazimento de bens inservíveis, classificados como, irrecuperáveis, em atendimento às determinações contidas na Lei nº 8.666/93, no Decreto nº 9.373/2018 e na Portaria nº 275 de 5 de maio de 2023, deste Ministério.

Os interessados deverão encaminhar os pedidos de doação, com a indicação do número deste aviso e do(s) lote(s) pretendido(s), no prazo de 5 dias úteis, contados do primeiro dia útil seguinte à data de publicação do Aviso de Desfazimento no site da internet, os quais devem ser dirigidos à Subsecretaria de Assuntos Administrativos, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-mds>. Todas as regras para o desfazimento e demais informações e documentação necessárias aos donatários (entidades que poderão receber os bens) constam do Aviso de Desfazimento de Bens, o qual se encontra disponível na íntegra no site <https://www.gov.br/mds/pt-br/servicos/doacao-de-bens-do-Ministerio-do-Desenvolvimento-e-Assistencia-Social-Familia-e-Combate-a-Fome>.